

Velhos Centros, Novas Centralidades: Políticas De Enobrecimento Urbano E Usos Do Espaço Público*

Elaine Ferreira Lima

Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000 São Cristóvão-SE, Brasil

elaflima@yahoo.com.br

(Recebido em 29 de janeiro de 2007; aceito em 28 de setembro de 2007)

Nas últimas décadas, um dos recursos utilizados para que as cidades adentrem à “concorrência inter-cidades” tem sido a revalorização do patrimônio histórico aliada à recuperação da infra-estrutura urbana, como forma de reativação da economia local. Neste contexto, muitas cidades tiveram seus centros tradicionais parcialmente modificados, com vistas à sua adequação funcional e simbólica. Não raramente, o processo induz à criação de novas centralidades, com conseqüências políticas para os usuários mais antigos. Neste debate, uma das questões a ser analisada é o impacto que as políticas de enobrecimento têm para a construção das novas centralidades e para a construção de sociabilidades públicas. É, portanto, sobre esse aspecto que recai a análise aqui proposta, tendo como foco o centro histórico da cidade de Aracaju/SE.

Palavras-chave: enobrecimento urbano, centralidade, sociabilidades públicas.

In the last decades, one of recourses utilized to that the cities enter in the “inter-cities competition” have been the revaluation of the historical patrimony close the salvage of the urban infra-structure, as way to revive the local economy. In this context, many cities have had its traditional towns partially changed, with aim to symbolic and functional adequacy. No rarely, the process induces to the creation of the new centralities, with politics consequences to the users oldest. In this argument, one of questions to be analyzed is the impact that the gentrification politics have to the construction of the new centralities e publics’ sociability. Therefore, the analyze proposed here relapse about this aspect and it has like focus the historical town in Aracaju/SE city.

Keywords: urban gentrification, centrality, publics’ sociability

A crescente urbanização do mundo capitalista, processo especialmente intensificado no transcorrer do século XX, tem suscitado interesse de análise dos mais variados campos do saber, sobretudo porque, como é sabido, o mesmo não se dá de forma igualitária em todos os locais, variando em intensidade e forma nas diferentes regiões. Desse modo, também a sociologia tem procurado, através de seus estudos, traçar investigações nessa área, refletindo e interrogando os frutos da ação urbanizadora.

Dentre as questões que tem causado inquietude nos estudiosos do fenômeno urbano, destacam-se os processos de declínio dos espaços públicos, a exemplo das tradicionais áreas centrais citadinas. Contudo, nas últimas décadas, dentro do contexto de novas políticas urbanas, muitas cidades tiveram seus centros tradicionais parcialmente modificados, com vistas à sua adequação funcional e simbólica.

Não raramente, este processo induz à criação de novas centralidades, com conseqüências políticas para a população residente mais antiga. Neste debate, uma das questões a ser analisada é o impacto que as políticas de enobrecimento têm para a construção das novas centralidades e para a construção de sociabilidades públicas, aqui entendidas como um “conjunto de práticas interativas, conflitivas ou não, que se estruturam no curso da vida pública cotidiana” [8] É, portanto, sobre esta tendência contemporânea que recai a análise aqui proposta, tendo como pano de fundo o Centro Histórico da Cidade de Aracaju.

Assim como muitas cidades brasileiras, Aracaju sofreu nas últimas décadas do século XX um significativo impacto do desenvolvimento de suas feições metropolitanas. Talvez uma das mudanças mais expressivas deste processo tenha sido a estruturação em sua malha urbana de outros espaços dotados de grande capacidade comercial e de lazer, elementos que desde a

fundação desta cidade (1855) encontravam-se presentes praticamente apenas em sua área central.

Em estudo desenvolvido sobre a cidade de São Paulo e suas centralidades, Frúgoli (2000) nos dá uma importante visão desse fenômeno. Este autor demonstra, como os processos de deterioração urbana das áreas centrais das cidades estão intrinsecamente ligados ao surgimento de novos “subcentros, ou, sob outro prisma, a configuração de um contexto multipolar, dentro do qual o centro tradicional passa a competir com os demais, principalmente do ponto de vista econômico” [6]. Ainda para ele, estes novos subcentros assumem duas configurações dentro do sistema urbano: a princípio, apresentam-se enquanto complementares do antigo centro, sendo que, num segundo momento, passam a competir economicamente com este, visando superá-lo a fim de assumir o papel de “novo centro”.

Para Frúgoli, esse contexto multipolar assinalado acima passa a configurar-se a partir das ações e da lógica expansionista dentro da metrópole, onde muitas empresas passam a vislumbrar novas localidades como mais propícias ao seu desenvolvimento e, junto com suas transferências para essas localidades, acabam por provocar a “deterioração urbana do núcleo original” [6]. Ao passo do conseqüente declínio causado por este fator, verifica-se também uma acentuada ausência de investimentos privados e até públicos destinados a estas zonas. Também é interessante notar, que a referida desvalorização dos centros tradicionais desencadeou a subutilização de boa parte do arcabouço infra-estrutural a ele ligado, a exemplo de grandes edifícios, parques, hotéis, sistema de transporte, etc.

Estas transformações têm provocado uma significativa mudança nas formas de uso e de usuários dos espaços centrais degradados, fazendo com que os assuntos referentes a centralidade ganhem cada vez complexidade e vultuosidade. Neste sentido, vale destacarmos o que estamos entendendo por centralidade, podendo concebê-la enquanto um espaço de prestígio, dotado de uma considerável capacidade de convergir diversos grupos sociais e de catalisar uma gama de novos serviços, negócios e lojas, os quais estão majoritariamente voltados para as camadas mais abastadas da população. Podemos também postular, que a categoria centralidade representa um anseio para com o poder cultural e detém duas características bastante marcantes: uma de mercado, por atrair outros empreendimentos e instituições, e uma simbólica, já que se apresenta como a parte mais elegante e glamourosa da cidade, ocupando importante papel no discurso de uma cidade moderna, sofisticada e apta para adentrar a rota do turismo e do consumo cultural [6; 14].

Assim, Frúgoli apresenta uma forte tendência no que se refere a apropriação social dos espaços urbanos, onde as classes populares tendem, cada vez mais, a ocupar as áreas centrais e deterioradas, articulando-se, segundo ele, em “diferentes culturas de rua” e onde as classes mais abastadas tendem a procurar espaços mais privatizados, a exemplo dos *shopping centers*, atraindo e, muitas vezes, deslocando para seu entorno, importantes centralidades.

Ainda sobre esta temática, Frúgoli aponta uma visão sobre a relação entre a cidade e o centro que vem sendo desenvolvida por importantes estudiosos do fenômeno urbano, onde são postuladas duas tipologias da cidade moderna contemporânea. A primeira estaria baseada na existência de um único centro, sendo este de alta densidade, agregador de grandes edifícios e circundado por extensas rodovias, considerado uma área morta fora dos horários de trabalho. A segunda tipologia caracteriza cidades que conseguem agregar uma diversidade de centros, ou seja, que apresenta uma centralidade fragmentada.

Entretanto, a despeito dessas duas tipologias, a atual realidade metropolitana tem revelado cada vez mais a existência de cidades “policentristas” [6], com áreas em ampla competitividade, onde fatores como dinâmica econômica, empresas instaladas, ações do poder público e dos diferentes grupos sociais se tornam importantes pontos de superação e hegemonia dentro da área citadina.

Desse modo, segundo Frúgoli, há quem já postule a existência de cidades “sem centro”, tendo em vista o crescente declínio desses tradicionais logradouros urbanos. Há também quem conceba o centro tradicional enquanto um “espaço público morto” [12]. No entanto, segundo este autor, apesar da gradativa perda de importância do centro tradicional e do intenso processo de “policentrismo” das cidades, não se pode falar em uma extinção total desta localidade. A despeito do processo de deterioração acima identificado, o centro ainda continua sendo um

espaço urbano de considerável dinâmica econômica que desempenha um importante papel, a exemplo da geração de empregos.

Quanto a essa “morte”, anunciada em diversos estudos urbanos, Ferreira & Marques (2000) apresentam uma contraposição semelhante à defendida por Frúgoli, caracterizando-a enquanto uma “eutanásia espacial”, visto que os centros tradicionais continuam dinâmicos. Para estas autoras, o que ocorre nestes espaços urbanos é uma substituição de usuários, já que a elite passou a vislumbrar áreas mais propícias ao desenvolvimento do comércio e oferecimento de serviços. Sendo assim, os referidos espaços passam a abrigar usuários provindos das camadas mais populares da população, o que tem provocado sua pauperização.

Seguindo essa tendência, tal como muitas cidades no Brasil, a exemplo de São Paulo, Recife e Salvador, Aracaju também presenciou a degradação de seu centro tradicional. A partir de meados dos anos 80, dentro de seu processo de desenvolvimento histórico, o centro da capital sergipana sofreu profundas transformações e um alargamento considerável de sua área, tudo isto acompanhando por um significativo processo de deterioração. Na década seguinte, o Mercado Central de Aracaju aparece como um dos exemplos mais contundentes do processo de degradação da área central desta cidade, fazendo Lima (2004) afirmar que:

O processo de ‘empobrecimento’ sofrido pela área central de Aracaju teve no Mercado uma das facetas mais reveladoras. A presença de atores sociais marginalizados, como prostitutas, meninos ‘trombadinhas’ e ‘cheira-colas’, mendigos, entre outros, somados ao crescimento desenfreado do comércio informal, principalmente ao ocupar ruas e logradouros próximos, transformando-os indistintamente numa feira complexa e super adensada, tiveram influência decisiva no re-ordenamento sócio-espacial do Mercado Municipal [10].

Todo o processo de congestionamento e de desvalorização sofrido pelo Centro Histórico aracajuano apresentou-se como fator decisivo para que diversos comerciantes resolvessem transferir suas lojas para áreas mais propícias à ampliação e manutenção de seus estabelecimentos. Deste mesmo modo, lojas que detêm como público alvo às camadas mais elitizadas da população sergipana, passaram a privilegiar outras localidades para instalação de seus negócios. Segundo França (1999): “A dificuldade de estacionar, a insegurança e o burburinho do centro têm retirado as classes mais abastadas, que hoje já dispõem de outros locais mais confortáveis e menos congestionados, próximos as suas áreas residenciais” [5].

Localidades como o Siqueira Campos na Zona Oeste e as Avenidas Francisco Porto e Hermes Fontes, também se transformaram, a partir dos anos 80, em importantes “subcentros” dentro da área urbana de Aracaju.

Outro claro exemplo destas novas localidades pode ser identificado nos dois shoppings aracajuanos, que a partir dos anos 90 passaram a figurar como importantes espaços de consumo e de lazer para a elite e principalmente para a classe média. Tidos em sua gênese com um produto caracteristicamente suburbano, os shoppings centers, com o decorrer do tempo e as conseqüentes mudanças nas configurações urbanas das cidades, passaram a ocupar um lugar de destaque em detrimento dos antigos centros comerciais [6].

Contudo, não obstante todo o postulado acima, o Centro Histórico de Aracaju continuava figurando como um dos principais pontos de desenvolvimento das sociabilidades públicas dessa cidade, visto que, muito embora, não mais atendesse como no passado as camadas mais abastadas, o mesmo continuava marcado por diversas redes de relações sociais. Esta localidade passou então a configurar como um espaço praticado, em sua maioria, por atores sociais desprovidos de poder, os quais reunidos, teciam naquele espaço uma complexa teia de práticas interativas. Desta maneira, cabe questionarmos se apesar de sua deterioração física, o centro aracajuano tenha deixado de figurar como centralidade, uma vez que este não deixou de possibilitar a construção cotidiana de importantes sociabilidades públicas e nem perdeu por completo suas feições de espaço comercial e administrativo [9].

No entanto, em 1997, seguindo a tendência das políticas urbanas contemporâneas de dotar os Centros Históricos de elementos mais propícios para o consumo cultural e turístico, foi elaborado o projeto de “revitalização” da área central de Aracaju, o qual pretendia transformá-la em um local apto não só para a prática comercial como também para novas formas de ocupação do espaço e prestação de serviços.

Desse modo, foram elaborados diversos planos de ação, como a “revitalização” do Mercado Municipal, melhoramentos urbanísticos, a exemplo de ampliação e desobstrução de ruas e avenidas, definição de áreas de estacionamento, recuperação de áreas degradadas, resgate visual do Rio Sergipe, preservação dos monumentos ligados à história da cidade, resgate da função boemia de algumas áreas e casas noturnas e recuperação da capacidade hoteleira do centro de Aracaju [13].

Estes processos de intervenção, que aliam práticas de restauração e preservação do patrimônio histórico e cultural com melhoramentos da infra-estrutura da malha urbana, acabam construindo na cidade um novo espaço, o qual tende a ser colocado como atrativo às práticas de “consumo cultural”, isto é, a construção de centralidades em espaços degradados e marginalizados [8]. Ao analisar estas políticas de enobrecimento do espaço urbano, diversos teóricos, a exemplo de Harvey (1992) e Arantes (2000), vêm demonstrando como os processos e projetos de urbanização e desenvolvimento das cidades têm seguido uma lógica marcadamente orientada pelos imperativos de mercado, chegando assim na constituição de um modelo amplo e dinâmico de concorrência intercidades. Neste sentido, o processo de globalização expande-se para além da esfera econômica, influenciando de forma direta a produção do espaço e agindo diretamente na legitimação de novas políticas urbanas.

Nas proposições de Sánchez (2001), presencia-se o processo de criação do que ela vai chamar de “rede mundial de cidades”, subsidiada pela constituição de “cidades-modelo”, as quais são construídas através do agir simultâneo e combinado dos governos locais, de atores hegemônicos e de agências multilaterais, que agem em escalas regional, nacional e global. Esses atores passam, portanto, a estabelecer, mediante discursos e meios de difusão destes, imagens e representações sobre a cidade global, dando margem para a expansão, dentro das políticas urbanas, do chamado *city marketing*. Seguindo essa lógica, a cidade tende a ser “vendida” e o espaço urbano ganha contornos de mercadoria.

A procura por uma “imagem-modelo” e um lugar de relevo dentro do “mercado de cidades”, seja ele de âmbito nacional ou global, tem, portanto, balizado as políticas urbanas em diversas cidades, promovendo processos de adaptações técnicas do território, de (re)qualificação de infra-estrutura e de criação de zonas seletivas para o consumo, habitação e atividades dos mais variados setores [11]. Estas ações, no entanto, vêm acompanhadas pela necessidade de valorização de bens culturais e especificidades locais, vistos como pontos primordiais na apresentação de diferenças ambientais, históricos e culturais.

Sendo assim, nas últimas décadas, um dos recursos mais utilizados para que as cidades históricas adentrem a concorrência intercidades tem sido a revalorização do patrimônio histórico, aliada à recuperação da infra-estrutura urbana, como forma de reativação da economia local. Entretanto, estudos têm demonstrado que estas atuais intervenções costumam desencadear profundas transformações na configuração espacial das áreas remodeladas, bem como uma incisiva (re)organização em suas sociabilidades públicas [8].

Estes processos de intervenção urbana, no contexto do pensamento urbanísticos crítico, passaram a ser denominados de *gentrification*, o que segundo Bataller (2000), “consiste em una serie de mejoras físicas o materiales y cambios inmateriales – económicos, sociales y culturales que tienen lugar em algunos centros urbanos viejos, los cuales experimentam una apreciable elevación de sue status” [3].

Portanto, os processos de *gentrification*, em sua maioria desencadeados através de parcerias entre setores públicos e privados, trabalham no sentido de convergir cultura e capital, fazendo Arantes pensar no que ela vai chamar de “culturalismo de mercado”. Isto é, em sua concepção, o fator cultural serve apenas de chamariz dentro de uma lógica mercadológica, perpassada pelas políticas de renovação do espaço urbano e de *image-making* que procuram reinventar a cidade, dotando-a de nova identidade a ser explorada pelo *city marketing*.

Neste sentido, a paisagem urbana é reinventada e “estrategicamente embelezada” e localidades históricas são transformadas em segmentos de mercado, sendo que a apropriação cultural desses espaços se dá através do fluxo de capitais [8].

Desse modo, enquanto localidades dotadas de grande capacidade de convergir sociabilidades públicas, “os centros históricos que passam por processos de *gentrification*, são objetos de políticas urbanas e culturais que buscam recuperar seu patrimônio cultural para torná-lo passível

de reapropriação por parte da população e do capital” [8]. Antigas áreas são, portanto, segmentadas e disciplinadas tendo em vista os usos voltados para camadas mais elitizadas, como o uso extensivo do lazer e do turismo.

Os referidos processos de *gentrification*, ou enobrecimento urbano, trazem ainda uma outra discussão que merece ser ressaltada. Comumente denominados por seus executores de “revitalização”, tem se deixado de levar em consideração que estes espaços, muito embora “marginais” na paisagem urbana, não se apresentam como destituídos de vida, necessitando por isso de mecanismos para “revitalizá-los”. O uso indiscriminado dessa terminologia acaba por desprezar atores sociais que, apesar de serem, em sua grande maioria, pertencentes às camadas mais pobres da população, são praticantes desses espaços, os quais são “oxigenados” cotidianamente por inúmeros e diversificados trajetos e interações sociais.

Dessa forma, nos vemos diante de uma outra dimensão do problema, sendo que esta vai além de questões terminológicas e não mais se restringi a fatores econômicos e mercadológicos, muito embora estejam aí imbricadas. A transformação de um espaço “marginal” na paisagem urbana num novo “cartão postal” costuma apresentar conseqüências muito caras aos grupos sociais que freqüentavam aquela localidade, tendo em vista que é um traço comum a essas políticas de enobrecimento a substituição destes atores sociais por novos usuários, os quais marcadamente estão inseridos numa camada social mais abastada. Postulado por Zukin (2000a) como uma espécie de “higienização social”, o processo de retirada de antigos moradores, usuários e das práticas a eles relacionadas, fez a referida autora pensar na substituição do que ela vai chamar de “vernacular” por “paisagens de poder”, resultando disso a constituição de novas centralidades.

Ao trabalhar com a noção de espaço, Zukin (2000b) indica a necessidade de concebê-lo enquanto um agente forjado pelas relações sociais, mas, ao mesmo tempo, com a capacidade de disciplinar usos e formas de conduta de cidadãos.

Seguindo esta lógica, Zukin (2000a) postula a existência de uma “ordem espacial” destacadamente importante na estrutura urbana: a paisagem. A autora parte da constatação de que o conceito de paisagem passou nos últimos tempos por uma ampliação considerável no que concerne seu significado, tornando-se extremamente importante para a compreensão do espaço e suas transformações. Sendo assim, a paisagem é posta por ela como uma “ordem espacial” simbólica e materialmente conferida a um determinado ambiente, sendo, portanto, uma típica construção social estabelecida concretamente através da assimetria entre o poder econômico e cultural.

Enquanto uma “ordem espacial”, a paisagem, segundo Zukin, apresenta sentido dual, sendo ao mesmo tempo concebida enquanto a marca “das instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo” [14]. Este primeiro sentido leva Zukin a pensar numa oposição entre “paisagens de poder” e o que ela vai chamar de “vernacular”, oposição esta que se insere de maneira contundente nos processos de enobrecimento de áreas marginais e degradadas do espaço urbano contemporâneo.

Segundo esta autora, falar em “paisagens de poder”, implica necessariamente em discorrer sobre segregação de atividades e de grupos sociais e intensificação das diferenças. De outro modo, o “vernacular” está intimamente relacionado aos desprovidos de poder, às suas construções e relações sociais. Assim, o “vernacular” contrasta com a “paisagem de poder” e, na maioria das vezes, estas duas ordens espaciais se encontram em amplo conflito, algo que Certeau (1994) soube expressar muito bem ao desenvolver as noções de “estratégia” e “tática” enquanto duas categorias extremamente relevantes na construção e nas formas de usos do espaço.

A noção de “estratégia”, é posta por Certeau como,

o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças [4].

Dessa maneira, esta categoria pode ser concebida como o meio pelo qual os detentores de poder acabam por desenvolver suas paisagens, transmutando usos e modificando esteticamente espaços tidos como obsoletos e marginais no cenário da cidade. Nesta mesma perspectiva, a idéia de “tática” correlaciona-se com a construção do “vernacular”, uma vez que, segundo Certeau, esta “é determinada pela ausência de poder”, ou seja, configura-se como a “arte do fraco”, diferentemente da “estratégia”, que “é organizada pelo postulado de um poder” [4]. Sendo assim, Certeau chama de “tática”,

a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, [...]: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ [...] e do espaço por ele controlado [4].

Partindo desse postulado, o espaço é definido por este autor como um construto que decorre de diversificadas operações. Para ele, é através dessas operações que o espaço é orientado, circunstanciado e temporalizado, passando assim a funcionar como uma “unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais” [4]. Assim, podemos postular que é através dos contrapontos e das inversões estabelecidas através das “estratégias” de renovação e requalificação do espaço urbano, que espaços outrora “vernaculares” dão lugar às “paisagens de poder”, a espaços enobrecidos e diretamente reconhecidos como centralidades.

Contudo, não obstante os códigos de conduta, de segmentação, de consumo e de estética impostos pelas “estratégias” de enobrecimento, vale destacar que o espaço urbano, por mais controlado e projetado que seja, dificilmente seguirá de forma invariável o planejamento que lhe foi dado, principalmente se levarmos em consideração a influência cotidiana de diversificados atores sociais e suas “táticas”. Assim, no contexto das práticas de enobrecimento e constituição de novas centralidades, podemos evidenciar a construção do espaço através de duas categorias: “uso e contra-uso”, sendo esta última entendida como “contra sentidos, que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas” [8].

Podemos então identificar uma aproximação entre a noção de “tática” [4] e a noção de “contra-uso” [8]. Enquanto práticas sócio-espaciais díspares daquelas estabelecidas oficialmente, a categoria “contra-uso” diz respeito a ações “taticamente” elaboradas por atores sociais desprovidos de poderio no intuito de subverter e de minar as configurações sócio-espaciais “estrategicamente” impostas através das “paisagens de poder”. Assim, elabora-se um desdobramento que parte do esquema postulado por Certeau, tendo como base as proposições de Zukin (2000b).

[...] as ‘táticas’, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que as torna vernaculares, se constituem em um contra-uso capaz de subverter os usos esperados de um espaço regulado como de possibilitar que o espaço que resulta das ‘estratégias’ se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam [15].

Neste sentido, os distintos atores sociais, através de seus “contra-usos”, conseguem dar aos espaços enobrecidos novas conotações e funções, como por exemplo, a função de permanência, em detrimento da de passagem.

Seguindo esta temática de usos do espaço, pareceu-nos bastante revelador o estudo de Arantes sobre o Centro Histórico de São Paulo, no qual o autor demonstra como a atuação de agentes sociais não institucionalizados, mediante complexa interação conflituosa ou não dos usos cotidianos que cada grupo social desempenha naquele espaço urbano, acaba engendrando uma “complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares” [1]. Esses territórios, para Arantes, são verdadeiras expressões identitárias dos grupos socialmente colidentes e contraditórios em uma dada localidade do espaço urbano.

Partindo dessa análise, Arantes postulará a construção coletiva de “fronteiras simbólicas” dentro do espaço urbano percorrido cotidianamente. As referidas fronteiras, muito embora não materializadas no sentido meramente físico da palavra, seriam importantes elementos

constitutivos do espaço urbano, uma vez que as mesmas teriam a capacidade de ordenar “as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações” [1] e, principalmente, estas seriam importantes elementos de separação das distintas sociabilidades que constituem o espaço público. Através desse ordenamento, desencadeado pela construção de “fronteiras simbólicas”, os espaços urbanos ganham certas configuração de espaços privados, com grupos sociais os colocando como “marcos de pertencimento”.

No que se refere às novas centralidades, criadas a partir das políticas de enobrecimento do espaço urbano, as questões relacionadas a esses “marcos de pertencimento” podem ser notadas de maneira direta e contundente. Como bem demonstram Frúgoli e Zukin, essas centralidades ou “paisagens de poder”, acabam ganhando contornos de um mercado voltado para o suprimento das necessidades da elite e atraem para si uma série de serviços como bares, restaurantes, galerias de arte, lojas e aparatos de entretenimento que são apropriados de tal forma por seu público consumidor que tem, muitas vezes, resultado numa apropriação quase privada do espaço público.

Os modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros) nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e de demarcar formas específicas de pertencimento [8].

Muito embora sejam estes postulados acima os principais caracteres das políticas de *gentrification* e de (re) ordenamento do espaço nas cidades modernas contemporâneas, os processos de enobrecimento do espaço urbano possuem um caráter multifacetado, tendo em vista que além dos imperativos globais de mercado, estes também se baseiam em singularidades locais, fato que propicia a existência de diversas formas de manifestação dessa política urbana. Dessa maneira, é comum que cada localidade apresente uma forma diferenciada de aplicação das estratégias de enobrecimento, ao mesmo tempo em que os resultados obtidos são peculiares a cada situação.

Tendo em vista que a cidade de Aracaju passou por esta modalidade de intervenção urbana, torna-se pertinente questionarmos as especificidades e os resultados possivelmente alcançados por seu projeto de “revitalização” do Centro Histórico frente a outras experiências aludidas na extensa bibliografia sobre esta temática. Ou seja, cabe questionarmos até onde se conseguiu transmutar os usos e sociabilidades públicas e privadas, impondo a esta localidade a transformação de um espaço outrora marginal na paisagem urbana num novo “cartão postal”, numa nova centralidade e, mais ainda, em que termos seria válido afirmar o caráter marginal dessa localidade, uma vez que o espaço, a despeito da saída das classes mais elitizadas, continuava socialmente praticado e “oxigenado” economicamente, ainda que, em boa parte pelo comércio informal.

Em outros termos, problematizamos a tipologia do processo de degradação no Centro Histórico de Aracaju e sua possível perda de centralidade frente ao surgimento de outros espaços mais promissores quanto a captação de recursos dos poderes públicos e privados, os quais poderiam ter apenas ofuscado a imagem do Centro Histórico aracajuano enquanto elemento aglutinador do comércio, centro administrativo e de prestação de serviços e ícone da imagem simbólica da cidade de Aracaju.

Nesta perspectiva, a pesquisa que se encontra em andamento tem como objetivos, através dessas e de outras discussões teóricas, bem como da análise empírica, apreender e analisar os fatores envolvidos no processo de degradação do Centro Histórico de Aracaju e sua possível perda de centralidade, atentando para a tipologia desse processo. Para tanto, temos buscado compreender a função simbólica desta localidade para a capital sergipana em diferentes fases de sua história e, principalmente, no período atual. Também tem sido nosso intuito, identificar as sociabilidades públicas ali desenvolvidas ao longo dos anos, assim como os usos que permearam e que atualmente permeiam a configuração sócio-espacial desta localidade, atentado para as mudanças e permanências desses usos após seu processo de “revitalização”.

*Este artigo consiste em uma versão do Trabalho intitulado Políticas Públicas de Enobrecimento Urbano e a Construção Sócio-Espacial de Novas Centralidades, apresentado por ocasião do II Encontro de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, realizado no ano de 2006.

1. ARANTES, Antônio. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
2. ARANTES, Otília. “Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas Novas Gerações Urbanas”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia (org). *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
3. BATALLER, Alba S. El Estudio de la Gentrification. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Nº 228, Universidad de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-228>. Acesso em: 16 nov 2001.
4. CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
5. FRANÇA, Vera. *Aracaju: Estado e Metropolização*. São Cristóvão: ed. UFS, 1999.
6. FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.
7. HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
8. LEITE, Rogerio P. *Contra-usos da Cidade: Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*. UNICAMP / UFS: Campinas / São Cristóvão, 2004.
9. LIMA, Elaine F. *Sociabilidades Públicas no Centro Histórico de Aracaju: o caso do Hotel Palace*. Monografia de Conclusão de Curso – Ciências Sociais Bacharelado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2005.
10. LIMA, Sidney M. de. *Paisagens da História: formação e ressurgimento do Mercado Central na imagem simbólica de Aracaju*. Monografia de Conclusão de Curso - História Licenciatura. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.
11. SANCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Rev. Sociol. Polit.*. Nº 16. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-47820010014&lg=pt&rm=iso. Curitiba. Acesso em: 10 Out 2006.
12. SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
13. VILAR, José Welligton Carvalho. *La expansión Del Área de Consumo: La Vieja y la Nueva Centralidad intraurbana de Aracaju*. TOMO I. (Tesis Doctoral). Granada, 2002
14. ZUKIN, Sharon. “Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: Arantes, Antonio (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000a.
15. _____. (2000b). “Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”. In: Arantes, Antonio. (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000b.